



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Silva, Luiza Nascimento de Oliveira da
A ideia de defesa e conceitos nos tratados de arquitetura militar: instrumentos políticos (1650-1750)

Revista História : Debates e Tendências (Online),
vol. 20, núm. 1, 2020, Janeiro-Abril, pp. 71-103

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10413>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464578007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A ideia de defesa e conceitos nos tratados de arquitetura militar: instrumentos políticos (1650-1750)

The idea of defense and concepts in military architecture treaties: political instruments (1650-1750)

La idea de defensa y conceptos en los tratados de arquitectura militar: instrumentos políticos (1650-1750)

Luiza Nascimento de Oliveira da Silvaⁱ

Resumo: Este artigo busca propor uma articulação entre a ideia de defesa para as cidades portuguesas (no reino e nas conquistas) dos séculos XVII e XVIII em relação a uma percepção de poder calcada na noção de regularidade para a urbanização e na administração política. A ordem e o equilíbrio foram tanto argumentos de defesa como estiveram postos na linguagem dos discursos políticos. O estudo da prática de escrita de tratados de arquitetura militar mostra que havia, em termos de uma origem e permanência, o alinhamento entre Estado e defesa, cujo desdobramento foi uma sociedade caracterizada por uma cultura política de defesa. A análise de fontes textuais para o entendimento de conceitos e ideias específicas, sem que a documentação esteja isolada dos seus contextos históricos e das suas práticas culturais, dá a dimensão da historicidade dos conceitos e das ideias em destaque.

Palavras-chave: Cultura política de defesa. Defesa. Tratados de arquitetura militar.

Abstract: The aim of this paper is to propose the articulation between the idea of defense for the Portuguese cities (in the kingdom and the conquests) of the seventeenth and eighteenth centuries, in relation to a perception of power based on the notion of a regularity for urbanization and political administration. Order and equilibrium were as much arguments of defense as they were in the language of political discourse. The study of the writing practice of military architecture treaties shows us that there was, in terms of an origin and remained, the alignment between state and defense, whose development was a society characterized by a political culture of defense. The analysis of textual sources for the understanding of specific concepts and ideas, without documentation being isolated from their historical contexts and their cultural practices, gives us the dimension of the historicity of the concepts and ideas highlighted.

Keywords: Defense. Political culture of defense. Treaties of military architecture.

Resumen: El objetivo de este trabajo es proponer la articulación entre la idea de defensa de las ciudades portuguesas (en el reino y las conquistas) de los siglos XVII y XVIII, en

relación con una percepción de poder basada en la noción de una regularidad para la urbanización y administración política. El orden y el equilibrio fueron tantos argumentos de defensa como lo fueron en el lenguaje del discurso político. El estudio de la práctica escrita de los tratados de arquitectura militar nos muestra que existía, en términos de un origen y permaneció, la alineación entre estado y defensa, cuyo desarrollo fue una sociedad caracterizada por una cultura política de defensa. El análisis de fuentes textuales para la comprensión de conceptos e ideas específicos, sin que la documentación se aísle de sus contextos históricos y sus prácticas culturales, nos da la dimensión de la historicidad de los conceptos e ideas destacadas.

Palabras clave: Cultura política de defensa. Defensa. Tratados de arquitectura militar.

Aspectos de uma cultura política de defesa

A formação e a manutenção dos domínios portugueses, em especial a América, foi marcada no século XVII e na primeira metade do século XVIII pela produção e circulação de tratados de arquitetura militar, de desenhos de plantas de fortificação, bem como cartas, ofícios e pareceres sobre a defesa do território. Para o cotejamento de como essa prática de escrita forjou aspectos político-sociais, neste artigo prioriza-se a análise da linguagem de alguns tratados de arquitetura militar em língua portuguesa. Foi possível observar que a perspectiva dos engenheiros que escreveram os textos pesquisadosⁱⁱ estava alicerçada na imagem de um espaço a ser construído a partir das experiências vivenciadas (por eles mesmos e pelos teóricos citados) para o êxito da arquitetura militar.

Com o intuito de compreender as referenciais dos engenheiros, propomos um estudo do que se destacava no imaginário através das experiências descritas. Para tanto, os temas e os conceitos desenvolvidos nos discursos foram estudados, o que lançou luz sobre as características que modelaram o pensamento e a construção do conhecimento para a defesa do Império português. Ao longo do trabalho, percebemos a semelhança argumentativa acerca da legitimação da arquitetura militar e dos aspectos correlatos da administração portuguesa, presentes tanto nos tratados quanto em documentos de cunho político, como é o caso de *Representação* (1720) e *Oração acadêmica* (1739), ambos de autoria do engenheiro-mor do reino Manoel de Azevedo Fortes.

Para pensar sobre o comportamento político-social, a cultura política de defesa forjada, somos impelidos a dispensar atenção à relação entre o Estado português e a defesa, a partir do conhecimento e da marcação defensiva de seu terreno, bem como da sua legitimação territorial. Ao legitimarem a arquitetura militar em sua origem na antiguidade e em termos do exemplo bíblico, os tratadistas criaram uma introdução quase que

obrigatória para trabalhar a ideia do medo juntamente com a necessidade de proteção e formação das primeiras cidades. Desse modo, marcam a argumentação de que, se não houvesse medo, o Estado não existiria, e a necessidade de defesa, como consequência, se constitui no monte desses homens que ensinavam aquele saber.

Assim, a cultura política de defesa foi desenvolvida através da linguagem de defesa presente nas referidas documentações, pois os textos que ensinavam engenheiros e monarcas (ou governantes) a defenderem os seus domínios territoriais, e, por conseguinte, a sua soberania, abordavam a aplicação da melhor defesa relacionada à boa administração política, ou seja, às estratégias de governo discutidas nos tratados de arquitetura militar. Desse modo, é preciso reunir as ideias e os conceitos com vista a atribuir estrutura à categoria de cultura política de defesa. A teoria da arquitetura militar, as informações administrativas e a prática desse saber nos desenhos de plantas de fortificação são as trilhas que permitem identificar aquela categoria. Nesse sentido, governar era defender e defender era governar. E as discussões propostas procuram responder em que medida a ciência esteve vinculada ao governo e como a defesa foi largamente mobilizada na administração das cidades.

Para tanto, na análise do que vinha a ser soberania em Portugal do Antigo Regime, tem-se que a Reforma, com o Renascimento e com os Descobrimentos, são aspectos fundamentais porque a estabilidade da ordem do mundo passou a ser questionada na medida em que o novo é elemento central na vida dos homens nesse momento: novas concepções religiosas, novas ideias e o indivíduo com a possibilidade de expressar a sua vontade, além de novos mundos e povos. Desse modo, o estabelecimento da paz não era mais natural e, sim, por contrato entre os homens. Há uma nova ideia de natureza humana, o que engendra um governo soberano vinculado ao Estado (HESPANHA, 2003).

Com o homem como um ser que atua e muda o mundo e as relações sociais e políticas norteadas por acordos, o direito não mais natural, e sim pelo contrato, o governante deveria ser justo. Por meio dessa dimensão do contrato havia a designação do poder do Estado moderno. Com isso, Estado passa a ser entendido como o poder político único de uma sociedade, e essa como civil. Portanto, Antonio Manuel Hespanha sintetiza sua aceção de Estado da seguinte forma:

O Estado foi a entidade que separou o público do privado, a autoridade da propriedade, a política da economia; o Estado foi a entidade que promoveu a concentração de poderes num só pólo e que, por isso, eliminou o pluralismo político típico do Antigo Regime; o Estado foi a entidade que instituiu um modelo racional de governo, funcionando segundo normas gerais e abstractas. Já se vê, a partir daqui, o que é que implicitamente se assume quando se

utiliza a palavra “Estado” (HESPANHA, 2003, p. 6).

Os tratados estudados apontam para uma concepção de Estado territorial soberano na medida em que Portugal necessitava legitimar o domínio sobre suas possessões, tanto no Reino como nas Conquistas, e isso através do uso correto das teorias e das técnicas da arquitetura militar: ordem e equilíbrio na política e na defesa. Para a análise das condições de existência do Estado territorial moderno, o cientista político Paulo Esteves estudou a soberania – poder mais saber – como regime de poder apto à formação deste Estado. Para que a autoridade real obtivesse afirmação, o conceito de soberania fora o instrumento utilizado diante das múltiplas fontes de poder feudais. A soberania era a chave para o controle de indivíduos, grupos e territórios no momento de desordem (ESTEVES, 2006).

A associação entre a soberania e a estabilidade, ordem e segurança, se constitui no mesmo movimento da teoria de defesa contida nos tratados de arquitetura militar quanto à ordem e ao equilíbrio, passando pela simetria entre as partes, como o principal objetivo. O vínculo entre os homens não era mais apenas dinástico, mas sim territorial. Esse novo regime de poder possuía a soberania como a essência do poder político. Nesse sentido, a dinâmica do território ganhava fôlego e, mais ainda, os domínios fronteiriços se tornaram peças fundamentais na engrenagem da soberania. Sendo assim, como princípio de certeza e de ordem, a soberania permite práticas de sujeição e territoriais que legitimam as fronteiras do Estado territorial soberano.

Para superar o problema da instabilidade político-territorial e para suprimir as incertezas, o deus mortal, no soberano, estabelece o que é certo e errado, além de validar as representações produzidas. “À soberania enquanto regime de poder e saber, cabe produzir a ordem entre os homens, e entre o mundo e as representações que dele se faz. A determinação do que pode ser conhecido é, afinal, prerrogativa da soberania” (ESTEVES, 2006, p. 26).

Sendo assim, o indivíduo construiu no domínio da política uma comunidade de pares. Já o príncipe, como representação mental do povo, expressa a sua relação com este último no regime de poder soberano. Poder e conhecimento são articulados e divulgados tanto na jurisdição política quanto no relacionamento social. Quando o soberano representa o todo do corpo político, é a forma política já no momento em que os indivíduos são investidos do seu domínio em seu íntimo. O governante é atribuído, por um quadro político, de direitos e das prerrogativas para o exercício do poder. O principal argumento para que o regime de poder da soberania obtivesse êxito era a possibilidade de dirimir conflitos, tanto

internos quanto entre Estados, ou seja, a capacidade de manter o equilíbrio.

O papel do poder político era a guerra silenciosa para que o exercício do poder soberano pudesse ser garantido. A representação, ao articular saber e poder, opera a continuidade do poder político, na medida em que ressalta o caráter instável da sociedade. Com a representação da soberania, o desequilíbrio é manifesto, e a necessidade desse regime corroborada; “o dispositivo da representação deverá engendrar estratégias e conhecimentos capazes de conter a luta e manter a disposição do campo de forças” (ESTEVES, 2006, p. 28). A manutenção da paz e da ordem, e como consequência dos domínios, é a principal função do Estado territorial soberano, sendo a legalização da ordem no Estado territorial evidenciada na elaboração das fronteiras.

A guerra (ou a sua iminência) era a estratégia de controle por parte do soberano, representando nas fronteiras de seu Estado territorial os limites de acesso dos outros soberanos. É nesse ambiente que se estabelece a criação do discurso para o bom governo do Estado. O Estado territorial munido do monopólio do uso da força tinha a guerra como estratégia para conduzir a razão de Estado. A forma política do Estado territorial prosperou por um regime de poder, qual seja, a soberania. E esta foi responsável por articular saber e poder na representação, gerando estabilidade física e política. A manutenção da paz e dos domínios como função do soberano é exatamente o mote de discussão dos tratados de arquitetura militar, o que confirma a relação entre a ideia de defesa e os conceitos dos tratadistas como instrumentos políticos. Assim, o Estado territorial soberano português foi engendrado pela aplicação – também representativa – da arquitetura militar.

A partir da concepção de patrimônio territorial é que a figura do monarca começa a ser legitimada: o Estado absolutista percebido como o segundo corpo do rei. Nesse sentido, para esse espaço ser demarcado, havia a necessidade de instrumentos, como os conceitos articulados para o desenvolvimento da ideia de defesa e a posterior construção política da jurisdição do domínio territorial. No século XVIII, para governar era preciso investir nas técnicas de descrição do terreno para posse e proteção dos domínios e, para a confecção de tal discurso, a arquitetura militar foi ensinada e aplicada, havendo a conexão entre a ciência e a construção do território. A partir da história do território, pode-se perceber as dimensões do processo de construção do exercício do poder – com a transformação do próprio espaço em território. Sendo assim, a lógica desse movimento está relacionada aos procedimentos de governabilidade para a construção do território, como a arte da defesa e a aplicação da arquitetura militar. Tal perspectiva remete à dinâmica do desenho de defesa e o seu uso para a posse e governo como exemplos de processos culturais (MORAES, 2005).

Para dominar, era preciso conhecer e defender o espaço alçado em território. Compreende-se também como os tratados se estruturaram por uma ordem e origem específicas: o que era conveniente, necessário e útil ao príncipe. Desse modo, com a intenção de explorar o cenário político, social e cultural em que se identifica a cultura política de defesa, faz-se necessária a discussão de alguns conceitos (e contextos) do Antigo Regime português. O primeiro deles é acerca do conceito de império como fundamental para a compreensão da administração da Coroa portuguesa na América (BICALHO, 2009). Charles Boxer e R. Wood apresentaram a noção de Império português relacionada à construção da soberania portuguesa no ultramar. É possível pontuar que esse conceito de império está presente nos tratados de arquitetura militar e que foi ressignificado no desenho da defesa na medida em que império e soberania são dimensões marcadamente alargadas pela aplicação daquela ciência. Ao mobilizarem os discursos desse saber em textos (nos tratados e na documentação administrativa) e em imagens (nos desenhos de planta de fortificação), a atuação dos engenheiros reforça a pertinência dessa afirmação (BOXER, 1969; RUSSEL-WOOD, 2014).

Com isso, as redes de poder do Império português são estudadas pelo viés da defesa. Em busca de corroborar a sua soberania, o rei marca a negociação quanto às propostas de defesa com a emissão de pareceres dos engenheiros da corte portuguesa. Ao mesmo tempo, os desenhos são confeccionados por outros profissionais enviados pela Coroa, que precisam se adequar às características locais, de terreno, por exemplo. Nesse cenário administrativo, o papel da defesa através da aplicação da arquitetura militar ganhou força no final do século XVII e início do século XVIII, em cidades portuguesas no Reino e no Ultramar.

Assim, um novo prisma de compreensão se impõe. As redes imperiais, ou apenas redes, entendidas como sistema de comunicação entre vários espaços, permitem a exploração do circuito de relações e da circulação de informações entre o monarca e o engenheiro; entre o engenheiro e o Conselho Ultramarino; entre os governadores locais e os engenheiros na corte ou com o próprio rei. Observa-se, então, a circulação cultural do conhecimento de defesa através da rede imperial portuguesa, ou do Estado em rede (BICALHO, 2009).

Como um dos emblemas do universo político e cultural do Antigo Regime, os discursos de tratadistas permitem que se destaque a relação entre poder, cultura e sociedade, bem como o olhar sobre as características desse poder através de aspectos culturais, para não haver o isolamento da política, da administração e do governo dos demais campos de atuação humana. Por isso, “o estudo do poder nessa época deve ter em conta a cultura do

espetáculo que lhe é tão peculiar” (MONTEIRO, 2009, p. 523), espetáculo como o da defesa proposta, o que perpassava opiniões e interesses políticos para a manutenção de privilégios e da própria soberania real.

Trata-se de um governo marcadamente vinculado às questões militares e que tinha a característica de possuir grupos corporativos, com dispositivos institucionais que satisfaziam as necessidades coletivas. “Quanto à Coroa, não era um sujeito unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses pouco articulados entre si [...] estando longe de funcionar como um polo homogêneo de intervenção sobre a sociedade” (CARDIM, 2005, p. 53). Como nos Conselhos, havia uma auto-organização dos organismos governamentais: um panorama da natureza corporativa da administração.

É preciso considerar que administrar e governar no período possuíam articulações diferentes das que observamos na contemporaneidade, pois os contextos social e cultural eram distintos. “A ação administrativa do príncipe, para além de não ser unitária nem homogênea, contava com a presença, a seu lado, de uma série de dispositivos administrativos de natureza corporativa” (CARDIM, 2005, p. 54). Esse jogo político entre o rei e o seu corpo político pode ser identificado quando da atuação dos engenheiros como promotores de saber e da administração política concomitantemente, isto é, o diálogo para o ensino nos tratados de arquitetura militar era, em sua maioria, com o príncipe (pelo poder do príncipe), mesmo que as decisões quanto ao desenho defensivo fossem tomadas, por exemplo, no âmbito do Conselho Ultramarino. O príncipe legitimava o saber e era por ele legitimado. Mas a administração sobre e para a defesa acontecia pelas decisões que passavam pelo crivo dos Conselhos.

Pode-se constatar que o equilíbrio político-cultural era mantido por uma pluralidade de forças que atuavam sobre o território. Assim, a ordem acontecia por meio da associação dos poderes de modo horizontal. Nas atividades do poder recaiam as resoluções de conflitos entre esferas de interesses, por exemplo, nos tribunais que julgavam e governavam. “O príncipe, ao conceder um ofício ou uma mercê, era visto como uma entidade que desempenhava um papel de dispensador de recursos jurídicos, e não tanto como um ‘legislador’ ou um ‘administrador’” (CARDIM, 2005, p. 58). Ao dispensar esses recursos, o monarca, em termos da defesa político-administrativa, munia seus vassallos de condições para tal finalidade, pois as instituições não possuíam nenhuma identidade jurídica autônoma face ao príncipe. Como partes do corpo régio, os conselhos eram meios para as tomadas de decisões, não havendo poder autônomo, portanto.

Ainda sobre a lógica de governo, o pensamento político renascentista foi balizado

pelas questões da virtude. Pode-se afirmar que o conteúdo dos tratadistas estava inserido nessa perspectiva. Ao argumentar por meio da honra, da glória e da fama do Príncipe em consonância com as técnicas e preceitos da arquitetura militar, os autores estão inserido na lógica do *espelho de príncipe*.ⁱⁱⁱ A estrutura dos textos está, a todo o momento, retornando à ideia central de proteção do soberano, de manutenção de seu bom governo, ou de sua boa administração através dos referidos pilares – honra, glória e fama –, obtidos com a correta aplicação da ciência ensinada. A necessidade do soberano de administrar a “fortuna”, que era instável, aponta para uma maior aproximação da *virtù*,^{iv} no caso, também pela ciência que garante o alcance do bom governo. A liberdade, da mesma forma que a *virtù*, seria um elemento que demonstrava o quanto a guerra deveria ser vencida com a correta aplicação da arquitetura militar, pois, protegido, o Estado era de fato livre, seja na paz, seja na guerra.

Alguns tratados específicos

Nos manuscritos de arquitetura militar pesquisados, podemos perceber quais foram os conceitos postos em pauta para definir o significado de defesa a ser praticada e como a relação desses com a cultura política do período se tornou fundamental. O uso das imagens, das plantas de fortificação e de suas figuras geométricas diz muito sobre a lógica iluminista. O modo de instrução através da imagem, ou mesmo a ideia de instruir largamente utilizada no conjunto de manuscritos e impressos de arquitetura militar, já indica o quanto se trata de uma matriz voltada para os ideais iluministas.

Está-se abordando a compilação da produção de conhecimento e necessidade de divulgação, no caso, o ensino das Aulas de Fortificação – tanto no âmbito da Aula de Esfera, da Companhia de Jesus, quanto da Academia Militar – que foram condensadas em tratados. De acordo com Schiavinatto e Pataca, “a elaboração dos manuais se associava à formação e à atuação dos autores, suas visões de mundo, a disponibilidade de referenciais teóricos, a atuação prática e a formação de uma comunidade científica com expressões sociais, políticas e culturais” (2016, p. 552). Esse aspecto corrobora a noção de cultura política de defesa, na medida em que cidades, sob o domínio português, como o Rio de Janeiro, foram governadas também por meio da ideal defensivo.

Os autores consultados priorizaram uma lógica de ensino específica e similar entre si, como a manutenção da dinâmica imperial, voltada para a defesa do território e pautada por meio do desenvolvimento dessa defesa, seguindo os seis termos de Vitruvius (ordem,

disposição, eurtmia, simetria, decoro e distribuição). A matemática foi apresentada como o cerne do saber em estudo, com a composição voltada para a geometria e indispensável ao desenvolvimento da ciência de defesa, na medida em que a disposição dos elementos estaria sempre voltada para que a ordem respondesse à regra de não haver lugar sem defesa no espaço da fortificação. Vejamos alguns exemplos textuais.

O conteúdo da obra *Fortificação moderna, ou recopilção de diferentes métodos de fortificar, de que usam na Europa os espanhóis, franceses, italianos, e holandeses* (PFEFINGER, 1713) foi traduzido do original francês de Pfefinger pelo engenheiro Manoel da Maia, por ordem do rei, em 1713.^v Com um dicionário alfabético dos termos militares, como ofensa, defesa de Praças, construções de baterias, minas e a forma de aquartelar exércitos, a obra é uma referência importante no tocante às discussões sobre as escolas^{vi} francesa e holandesa, bem como sobre os usos da ideia de defesa e conceitos correlatos. Pfefinger era um alemão que escrevia em francês e, por isso, era alocado por seus pares como membro da escola francesa e que propôs uma compilação dos diferentes métodos. Algo que merece ser pontuado é o fato de que mesmo a escola francesa, tida como vanguardista, não deixava de ensinar os demais teóricos, corroborando a nossa perspectiva de circulação do conhecimento.

Luis Serrão Pimentel escreveu, em 1664, o *Tratado da opugnação e defesa das Praças* (PIMENTEL, 1664), obra em desenvolveu a temática da defesa, mais especificamente os moldes de como resistir, o que chamava de *opugnação*.^{vii} Ao abordar a temática da conquista das praças (*expugnação*), o autor menciona o quanto esse ensino poderia levar à glória e à fama dos homens e dos Estados, pois nesse processo de defesa também havia a conservação das conquistas. Assim, sem a arquitetura militar

praticada e executada por si [o engenheiro], ou por pessoas inteligentes não poderá um general ganhar alguma Praça fortificada, nem o governador defendê-la, e como quer que para se praticar está ciência sejam necessários como meios *valor*, *industria*, e *constância* sem os quais se não pode reduzir a prática, daqui nasce que também por estas qualidades praticadas adquirem fama imortal seus professores (PIMENTEL, 1664, f. 1, grifo nosso).

Como adquirir *valor*, *industria* e *constância* para então colocar a arquitetura militar em prática? Pelo ensino, o que tornava os seus professores eternamente conhecidos e admirados, por terem primeiro alcançado a prática daquelas qualidades. Por *valor*,^{viii} entendiam uma característica da gloriosa vida militar. O ato de triunfar, conquistar e manter

os domínios era tarefa de um homem valoroso (engenheiro e/ou político) e que articulava ou desenhava as vitórias, além de com destreza conseguir lidar com as intempéries. Equilíbrio, harmonia e proporção como explicações da virtude *valor* são características que remontam àquele que em prol do bem comum superaria as suas próprias dores e fraquezas. Por exemplo, as limitações do corpo, tendo a “fortaleza do ânimo” como superior às fraquezas. As realizações, no meio político e para a defesa, eram de quem possuía valor por meio do juízo e da justiça. Esses confiavam, por serem dotados de paciência e perseverança.

Por *indústria*, o autor queria relatar a destreza em alguma arte, pois com mais *industria*, havia mais engenho (BLUTEAU, 1712). Já em relação à *constância*, estamos diante da disciplina, da firmeza de ânimo. E acerca do constante, era o homem firme na resolução e, por isso, valoroso, permanecendo constante em uma resolução: “O meu constante afeto para a República”. O termo se referia ainda ao indivíduo que andava sempre do mesmo modo, isto é, com uma mesma ordem. Por fim, a *constância* versava sobre a teologia moral (BLUTEAU, 1712). Esses são significados que corroboram as dimensões teóricas que desenvolvemos a respeito da articulação entre o papel político e o cultural da defesa: argumentos em correlações, ou em usos correlatos, sejam eles políticos, sejam da administração para a defesa em si.

Na prática da arquitetura militar, o engenheiro valoroso, engenhoso e constante seria o grande detentor do saber que através do juízo e da justiça alcançaria êxito em seus propósitos. Por isso, Serrão Pimentel inicia o seu primeiro capítulo advertindo o Príncipe acerca das ações que antecederiam a prática da defesa dos seus domínios. O soberano deveria cercar-se de conselheiros hábeis e experientes, além de proteger o teor das suas decisões acerca dos desenhos para a defesa. O que parecia contraditório foi por Serrão Pimentel explicado quando esse atribuiu à ideia do segredo^{ix} uma maior e mais importante dimensão, o que só foi possível pelas várias vozes em torno do rei. Assim, ninguém teria certeza de qual proposta prevaleceria, “pelo que conv[inha] ao Príncipe estar sempre vigilante e armado ainda no tempo da paz. Senão estiver armado não pode ter quietação nem respeito” (PIMENTEL, 1664, f. 5).

Manoel de Azevedo Fortes, em *Representação feita à S. Majestade, que Deus Guarde*, isto é, ao rei D. João V, datado de 1720, esclarece alguns pontos do quadro social em que o engenheiro estava inserido. Para uma compreensão do quanto defesa e Estado eram ideias e conceitos imbricados, cabem algumas considerações sobre os argumentos de Fortes. Primeiro, tem-se a ideia de um serviço prestado pelos engenheiros ao monarca, caracterizando que era útil ao reino ter engenheiros capazes. Segundo, os engenheiros

professores da Academia Militar precisavam ser soldados experientes e valorosos,^x “o que não pode ser sem que se una o valor Militar ao estudo de muitos anos” (FORTES, 1720, f. 1). Conhecedores da doutrina militar, esses profissionais viriam “a servir a este Reino” (idem, ibidem, f. 1) em diferentes áreas e funções: políticas, culturais e sociais.

As aulas das Academias (com a doutrina militar) deveriam ser ministradas não só aos soldados com vistas a se tornarem engenheiros, mas também aos demais soldados e à nobreza, pois “grande vantagem, que por este meio resultava ao seu Real serviço, além da glória, e crédito da Nação” (ibidem, f. 3). Com isso, articuladas estão mais uma vez as dimensões da defesa e do Estado, porque com tais procedimentos haveria glória e crédito. Já em relação ao cargo de engenheiro, esse deveria ser ocupado por homens honrados, exercitados em experiências de guerra, tanto reais quanto fictícias, em forma de treinamento. Além de

Um bom Engenheiro há de ser um Soldado com disposição *valorosa*, criado com a doutrina, e exercício Militar; e além disso há de ter ciência para obrar em todas as funções da guerra [...] finalmente esta palavra Engenheiro, quer dizer um Soldado pronto para todas as funções da guerra [...] porque nele deve se achar disposição, estudo, ciência, e prática de todas essas coisas; e sem estas partes se lhe não pode dar o nome de bom Engenheiro (FORTES, 1720, f. 7-8, grifo nosso).

Importa ressaltar que *Representação* foi confeccionado quase dez anos antes da publicação de sua obra *O Engenheiro Portuguez*, em 1729. Por isso, havia a demanda por demarcar o espaço social, posteriormente conquistado. Fortes finaliza assim aquele documento: “Esta humilde Representação é nascida do zelo do Real serviço de V. Majestade, e do amor da pátria: sempre V. Majestade mandará o que for mais de seu Real serviço. Lisboa Ocidental 12 de Junho de 1720” (1720, f. 14).

Já em *Oração acadêmica* (1739), Fortes discursou sobre a importância da matemática e acerca da origem divina desse saber. O seu texto auxilia na percepção teórico-metodológica do ensino do autor. O seu método de ensino traz para o debate, com uma função retórica, uma temática que está presente no conteúdo de quase todos os manuscritos e impressos cotejados, qual seja, a inserção de referências do texto bíblico com o objetivo de legitimar a arquitetura militar e, por sua vez, a manutenção do governo do Príncipe. Isso quer dizer que o conhecimento bíblico, ao fazer parte do discurso dos engenheiros, funcionava como uma espécie de instrumento retórico. O que nos faz pensar na hipótese desse recurso argumentativo possibilitar o acesso ao poder político, na medida em que

também serviu para exaltar a matemática, no caso de *Oração*, e foi definido como modelo de experiência defensiva, no caso dos tratados da arquitetura militar. Vejamos nas palavras de Fortes (1739, f. 8-9):

Sendo certo que os Céus, e os seus Astros (como diz o Profeta) anunciam a todo o Universo a Glória do seu Criador^{xi} (...) O método exato, e severo, que a Matemática inviolavelmente prescreve, obriga a expor simplesmente a verdade, sem mais ornato, que o da luz, e da evidência, que a acompanha.

(...)

Isto suposto; devemos primeiramente assentar, que Deus mesmo é o principio da matemática, e o primeiro mestre que a ensinou ao homem; porque de toda a eternidade conheceu as Ideias dos Números, das Figuras, e dos movimentos; e quando gravou sobre o homem a sua Imagem, lhe imprimiu na alma um raio daquela brilhante luz, e com ela recebeu as ideias dos Números, e da Geometria, e por estas ideias, como por degraus infinitos, se levanta o entendimento humano para passar do tempo à eternidade: do ponto ao infinito: do nada ao todo, e de si mesmo até o seu Autor.

O certo é que não há Ciência natural, nem tão clara, nem tão exata, nem por consequência tão perfeita, como a Ciência dos Números, e da Geometria; e assim devemos confessar, que Ciências tão nobres, e tão perfeitas, são um dom o mais estimável, que o homem tem recebido do seu Criador, que parece tomou na mão o compasso para descrever todos os imensos Círculos, que as Estrelas parecem correr cada dia, e imprimiu em todos os Astros aqueles movimentos perpétuos, tão regulares.

Fortes vai além. Não seria apenas a arquitetura militar que possuiria uma origem divina, mas a própria matemática seria dotada de uma matriz oriunda de uma divindade. Mesmo que a perfeição estivesse na exatidão, a origem da matemática estava em um Deus. Ademais, a ciência era tida como um dom do Criador. Tais apontamentos devem ser analisados em perspectiva semelhante à temática da origem da arquitetura militar posta no conjunto dos tratados em uma cidade que teria sido edificada no céu, sendo esta entendida como um modelo de defesa perfeita, o que reforça a correlação entre os aspectos defensivos e culturais.

Por tudo isso, a nossa intenção foi demonstrar a inserção de Azevedo Fortes em locais políticos. *Representação* e *Oração acadêmica*, no Paço da Ribeira, nas dimensões da Academia Real de História, confirmam o quanto o papel social do engenheiro esteve imbricado com o governo do Império. Mesmo que no caso de *Representação* o autor estivesse solicitando ainda mais atenção e recurso (até uma legitimação social e política) para a função de engenheiro.

Considerações finais

A análise dos textos, em especial os de Fortes e de Pimentel, foi útil para demonstrar o quanto esses homens atuaram politicamente e produziram um conhecimento que circulava e que apresentava um viés instrumental em termos de uma prática política e de defesa. Ao argumentarem sobre a defesa em termos políticos e sobre a política por meio de uma linguagem da defesa, esses engenheiros ajudaram no desenvolvimento de uma cultura política da defesa. Ao lado da ideia de defesa, os conceitos de Estado, soberania, valor, indústria e constância, para citar alguns exemplos, foram ao mesmo tempo ferramentas discursivas para o fomento e a prática da arquitetura militar, e da lógica argumentativa na linguagem do discurso político, em termos de propostas de ação política, cujos efeitos merecem ser mais bem compreendidos.

O estudo da produção de conhecimento e das práticas culturais subsidia a elaboração de uma história dos conceitos e uma história política e cultural. Como os conceitos e as ideias para a defesa do território possuem historicidades que expressam materialidade e performance, a intenção foi analisar o quanto essas materialidades e as performances foram utilizadas como instrumentos políticos nas estratégias de governo do Estado moderno português. Desse modo, foi possível identificar a importância crescente da atuação dos engenheiros e das suas redes no processo de formação política e cultural.

Referências

BICALHO, Maria Fernanda. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. *O governo dos povos*. Laura de Mello e Souza; Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (Orgs.). São Paulo. Alameda, 2009.

BUESCU, Ana Isabel. A educação de príncipes e filhos generosos: um modelo quinhentista peninsular. Imprensa da Universidade de Coimbra. *Revista de História das Ideias*. Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 19, 1998.

BLUTEAU, Raphael. Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, 1712.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. Organização Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.

ESTEVES, Paulo. Para uma genealogia do estado territorial soberano. Dossiê Política

Internacional: temas emergentes. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, nov. 2006, p. 15-32.

FORTES, Manoel de Azevedo. Oração acadêmica que pronunciou Manoel de Azevedo Fortes, na presença de suas majestades, indo da Academia ao Paço em 22 de Outubro de 1739. Biblioteca da Ajuda, COD. Mon. 55-II-1, n. 7.

FORTES, Manoel de Azevedo. Representação feita à S. Majestade, que Deus Guarde, 1720. Biblioteca da Ajuda, COD. Mon. 55-III-34.

HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna, 2003. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3843.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Aparente e essencial. Sobre a representação do poder no Estado Moderno. *O governo dos povos*. Laura de Mello e Souza; Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (Orgs.). São Paulo. Alameda, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

PFEFINGER, Johann Friedrich. Fortificação moderna ou recopilacão de differentes methodos de fortificar de que se usão na Europa os espanhoes, francezes, italianos e hollandezes, 1713. Traduzido por: Maia, Manoel da, 1677-1768, trad.; Deslandes, Valentim da Costa, fl. 1703-1715, impr. BNP, Manuscritos reservados RES 4556P.

PIMENTEL, Luís Serrão. Tratado da opugnação e defesa das Praças, 1664. BNP, *Manuscritos reservados*, COD 1640.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Histórias do Atlântico português*. Ângela Domingues; Denise Moura (Org.). São Paulo: Unesp, 2014.

SCHIAVINATTO Iara Lis; PATACA Ermelinda Moutinho. Entre imagens e textos: os manuais como práxis de saber. *Revista Manguinhos*. Imagens, 2016, p. 551-566.

Lista com outros tratados de arquitetura militar

ESTEVÃO, Luis. Tratado da arquitetura militar, ou fortificação moderna. *Tratado da ofensiva, e defensiva das Praças*, 1713. BNP, Manuscritos reservados COD. 5209.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Portuguez*, 1729, v. 1 e 2.

FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo de fazer as cartas geográficas*, 1722. BNP, F 7698.

GONZAGA, Luiz. *Exame militar*, 1703, f. 2. Biblioteca da Ajuda, COD. MS. 46-VIII-26.

MARINI, Luigi. *Biblioteca Istorico-critica di fortificazione permanente*. Roma: Mariano di Romanis e Figli, 1810.

MATTOS, Manoel Antonio de. *Compêndio de tática militar e fortificação*, 1705. BNP, Manuscritos reservados PBA 105//27.

MATTOS, Manoel Antonio de. *Tratado matemático da arte de monitorar as Praças*, 1709. BNP, Manuscritos reservados COD. 5176.

MEDRANO, Sebastián Fernández de. *El Architecto Perfecto en el Arte Militar, dividido en cinco libros*, 1708. Biblioteca Nacional de Espanha [versão digitalizada].

PIMENTEL, Luís Serrão. *Architectonica militar ou fortificação moderna*, 1661. BNP, Manuscritos reservados COD 13473.

PIMENTEL, Luís Serrão. Método lusitano de desenhar as fortificações das Praças Regulares e Irregulares. *Fortes de Campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar*. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680). Disponível em: <<http://purl.pt/24485>>.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. *O “Leal conselheiro” de Dom Duarte e a tradição dos “Espelhos de príncipe”*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003.

SOARES, Diogo. *Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)*. Biblioteca Nacional de Portugal.

SOUZA, Maria Luiza Zanatta de. *Um novo olhar sobre ‘Da fábrica que falece à cidade de Lisboa’ (Francisco de Hollanda 1571)*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

VELLOZO, Diogo da Silveira. *Arquitetura militar ou fortificação moderna. Transcrito e comentado por Mário Mendonça de Oliveira*. Salvador: EDUFBA, 2005.

Submetido em: 29/08/2019

Aprovado em: 03/10/2019

Publicado: 15/12/2019

Notas

ⁱ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), 2019. E-mail lujonascimento@gmail.com.

ⁱⁱ Em outros trabalhos, já cotejamos diversos tratados como os listados em anexo. No entanto, para esse artigo, o foco será o texto do engenheiro-mor do reino português Luis Serrão Pimentel. Então, em alguns momentos, fazemos referência aos tratados de um modo geral para depois pontuarmos acerca do *Tratado da opugnação e defesa das Praças* (1664), de Serrão Pimentel.

ⁱⁱⁱ Um conjunto de obras escritas nos séculos XVI ao XVIII com o objetivo de ensinar ao Príncipe como agir. Cf. Buescu (1998); Monteiro (2002); Muniz (2003); Souza (2011).

^{iv} Qualidades que o Príncipe deveria possuir: honra, glória, fama e liberdade.

^v “Manoel da Maia, Brigadeiro do exército, Engenheiro-mor do Reino, Guarda-mor da Torre do Tombo, Cronista da Casa de Bragança, Acadêmico da Academia Real de História, etc. Por sua direção se construiu em Lisboa o notável aqueduto das Águas-livres. Foi natural de Lisboa, e em idade mui provecta a 17 de Setembro de 1768. Veja a sua biografia escrita com várias particularidades no *Gabinete histórico* de Fr. Claudio, tomo XVI, pag. 244, e seguintes. – E. 996) (C) Fortificação moderna, de que usam na Europa os espanhóis, franceses, italianos e holandeses. Com um dicionário alfabético dos termos militares, etc. Por Mr. Pfefinger, e traduzido por ordem de Sua Majestade. Lisboa, na Offic. Deslandesiana 1713. 4º. VIII-366. pag. com 46 estampas. O *Dicionario dos termos militares* ocupa de Pag. 11 até 54. Barbosa mencionou por engano esta edição com o formato de 8º, erro que passou, como de costume, para a pseudo-*Catalogo* da Academia. 997) (C) O Governador de Praças, por Antonio Ville Tolazano: traduzido na língua portuguesa por ordem de Sua Majestade. Lisboa, por Antonio Pedroso Galvão 1708. 8º de VIII-519 pag. com 8 estampas. Tanto esta como a antecedente obra não declaram o nome do tradutor. Correm ambas no mercado por preços medíocres.” In: *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva. Aplicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo Sexto. Lisboa. Na Imprensa Nacional. MDCCCLXII.

^{vi} No sentido de métodos. Um grupo que escreve em uma mesma língua, indivíduos não necessariamente pertencentes a uma mesma nação.

^{vii} Luis Serrão Pimentel atuava como Tenente General. Engenheiro-mor dos exércitos e da província do Alentejo e Reino, lente da Fortificação e matemáticas.

^{viii} *Valor*: “Valentia, esforço, ânimo, alento, coragem, virtude dos heróis. Prudente desprezo dos perigos. Generosa resistência aos insultos do inimigo. A mais briosa [valente e corajosa] e pomposa das virtudes. Glória da vida militar. Alma das batalhas. Artífice das vitórias. Fundamento dos triunfos. Conservador das Monarquias. Conquistador dos Impérios. *Fortaleza varonil independente das forças do corpo. A proporção dos membros, as juntas, e encaixe dos olhos, a boa disposição da natureza, a harmonia, e vigor do temperamento, para aturar as inclemências do Céu, injurias do tempo, e todo o gênero de trabalhos podem ajudar a execução das dificultosas, e laboriosas empresas, mas não de maneira, que sejam condições precisas, e requisitos absolutamente porque até em ofícios militares, e árduos trabalhos destes, tem muitos Capitães logrado felizes sucessos, vencendo com a magnanimidade do espírito a fraqueza do corpo. Era Júlio César de compleição delicada, sujeito a grandes dores de cabeça, e de tempos em tempos a acidentes de gota coral, contudo, sem nunca tomar as enfermidades do corpo, para pretexto de descanso, e vida cômoda, quase sempre andou em guerras, mostrando com o exemplo que mais pode em corpo achacoso [que sofre de doença habitual] a fortaleza do ânimo, do que a pusilanimidade [fraqueza] em robusta corpulência. *Virtude, que (segundo a doutrina Estoica) só por amor da equidade, e da justiça, toma as armas. Os que por ações indignas sofrem, e por conveniência própria, e não com zelo do bem público combatem, não merecem o título de valorosos; uns devem ser chamados cruéis, bárbaros, mercenários, verdugos, inimigos da razão, e da humanidade; os outros convém chamar lhes imprudentes, desavergonhados, assassinos, desatinados. e tanto mais abomináveis, quanto mais obstinados em obrar mal. Os que professam, e seguem as leis do verdadeiro valor, sempre obram com juízo, e justiça; amparam os perseguidos, acodem aos oprimidos, e em virtuosas operações fundam os seus intentos. Pelejar por vergonha, ou por força; por indignação, ou vingança, ou com ignorância do perigo, que se corre, não é ser valoroso; todo o valoroso é destemido; mas nem todo o destemido é valoroso; **nos homens com arte, ensino, e astúcia se cria a ousadia; mas na alma humana, por natureza, e boa criação se gera o valor.** *Ilustre prerrogativa, cujas partes (segundo Cícero) são magnificência, confiança, paciência, e perseverança. Magnificência, para grandes, e gloriosas empresas; confiança, para esperar bom sucesso nelas; paciência, para um generoso, e voluntário sofrimento nos obstáculos da execução; perseverança para levar ao cabo o que honradamente, e com bom fim, foi principiado” (BLUTEAU, 1712).

^{ix} Serrão Pimentel lançou mão da argumentação de Vegetio: o segredo como a alma dos negócios.

^x Mais uma vez essa dimensão.

^{xi} Livro Bíblico de Salmos 19. Versão Nova Linguagem Internacional (NVI).